

Alexandria e Roma: representações, dinâmicas e vicissitudes na esfera do poder ptolomaico

Alexandria and Rome: representations, dynamics and vicissitudes in the sphere of the Ptolemaic power

Joana Campos Clímaco*

Resumo: A expansão romana pelo Mediterrâneo Oriental foi um processo complexo, envolvendo diplomacia, alianças e conflitos com antigos reinos estabelecidos em uma região de enorme diversidade cultural e resultou na gradual absorção desses territórios sob o controle direto de Roma. O Egito ptolomaico foi o último grande reino helenístico conquistado e seu processo de anexação foi adiado em virtude de seu valor diferenciado para Roma, em vários aspectos. A literatura greco-romana pontua alguns momentos da vivência da dinastia ptolomaica, principalmente as ocasiões de contatos e tensões com Roma. A intenção desse artigo é avaliar como tais fontes representam a sucessão dos Ptolomeus, de forma a ressaltar o “caos” interno da dinastia, ao mesmo tempo em que justificariam a necessidade da instalação da “ordem” romana na região.

Abstract: The Roman expansion through the Eastern Mediterranean was a complex process involving diplomacy, alliances and conflicts with ancient kingdoms established in a region of enormous cultural diversity and resulted in the gradual absorption of these territories to direct control by Rome. Ptolemaic Egypt was the last huge Hellenistic kingdom to be conquered and its process of annexation was postponed for its differentiated value to Rome in several aspects. The Greco-Roman literature point to some moments of the dynasty's life, especially the occasions of contacts and tensions with Rome. The intention of this article is to evaluate how these sources represent the Ptolemaic succession in order to highlight the internal “chaos” of the dynasty while justifying the need for the Roman “order” in the territory.

Palavras-chave:

Alexandria;
Egito;
Ptolomeus;
Período helenístico.

Keywords:

Alexandria;
Egypt;
Ptolemaic dynasty;
Hellenistic period.

Recebido em: 30/09/2017
Aprovado em: 25/11/2017

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Professora Adjunta de História Antiga da Universidade Federal do Amazonas.

Os últimos dois séculos da República se caracterizam pela afirmação da hegemonia de Roma pelo Mediterrâneo Oriental, resultando na instabilidade política dentro da capital, que repercutiu também em todos os territórios influenciados direta ou indiretamente por Roma. A cidade estava passando por transformações brutais decorrentes do seu processo de expansão, levando a desavenças e interesses conflitantes na camada dirigente na disputa pelos “frutos” das conquistas. A complexidade do cenário demonstra o grau de interdependência entre as regiões sob a influência de Roma e o aumento da integração entre as diversas partes sob seu controle, o que explica o fato de a luta no interior de uma cidade ter se tornado uma guerra mediterrânica (GUARINELLO, 2013, p. 136). Nesse sentido, grande parte das intervenções nos reinos helenísticos foi resultante dos embates e problemas dentro da aristocracia romana. Nesse cenário, o Egito e Alexandria tinham uma posição peculiar e fundamental; o território era a última grande monarquia de origem macedônica ainda não submetida à conquista direta de Roma. A prosperidade do Egito, além da importância comercial, cultural e política de Alexandria, foram provavelmente os principais fatores que adiaram a anexação do reino. O local representava o único grande entrave para a consolidação da supremacia romana no Mediterrâneo, e sua conquista começou a ser vista como fundamental e urgente, embora cuidadosamente ponderada dentro da aristocracia quanto ao modo como isso deveria ser executado. A incorporação do Egito ocorreu em 31 a.C., marcando o fim de um século de guerras civis e o estabelecimento de uma unidade política e de um consenso representado pela figura de Otávio Augusto.

A aliança com o Egito ptolomaico, durante os séculos anteriores, foi fundamental para as sucessivas conquistas romanas no Mediterrâneo Oriental, embora a fase final, principalmente sob o governo da última rainha da linhagem, Cleópatra VII, tenha representado um abalo drástico na “parceria” até então estabelecida. Se o final do reinado ptolomaico é marcado por uma crescente dependência para com Roma, o governo de Cleópatra, embora derrotado, representara uma tentativa de “reviravolta”, de retomada da soberania egípcia.¹ Tais conflitos, de certa forma, abalaram as esferas máximas da elite romana, no sentido de evidenciarem a necessidade de um cuidado contínuo com o Egito. Diante das tensões e dos desdobramentos desse processo, que resultou na incorporação do reino ptolomaico, muitos escritos produzidos no Império Romano se dedicam a analisar os três séculos de comando da dinastia e explicar os motivos para a deterioração da aliança estabelecida entre Roma e os Ptolomeus, ao mesmo tempo em

¹ Rostovtzeff (1941, p. 69) observa a ironia de o mais passivo dos reinos helenísticos e mais obedientes às ordens romanas ter produzido a mulher mais forte, capaz e ambiciosa, que tinha o objetivo de revitalizar o mundo helenístico e dar a ele uma nova forma com o Egito em seu centro.

que justificam a importância da conquista do Egito. O objetivo desse artigo é investigar de que forma o comando ptolomaico foi mapeado e representado na literatura imperial e discutir como as fontes tratam a conjuntura em que os destinos egípcio e romano se tornaram progressivamente imbricados.

Desde que o território conquistado por Alexandre foi dividido pelos sucessores, Ptolomeu I estabeleceu uma base firme no Egito, e embora tenha incorporado e ainda ambicionasse mais territórios, dos quais muitos foram perdidos posteriormente para os Selêucidas e Antígônidas, a consolidação da dinastia no Egito e os investimentos em Alexandria foram a principal realização dos Ptolomeus. Conforme os sucessores guerreavam, as novas fundações se tornavam “vitrines” de suas vitórias. Como Alexandria foi, desde cedo, estabelecida como a principal base de apoio dos reis e desfrutava de uma posição relativamente segura em relação a outras regiões, que ainda eram alvo de cobiça e disputa, os investimentos no embelezamento e desenvolvimento da cidade se tornaram a prioridade dos primeiros monarcas (LEFÈVRE, 2013, p. 359). Conforme os líderes romanos ampliavam as conquistas e começavam a se envolver progressivamente na dinâmica política dos territórios adjacentes, perceberam a importância de tecer boas relações com a dinastia que liderava o Egito, o reino mais antigo e próspero do Mediterrâneo oriental. Dessa forma, durante todo o período ptolomaico, as relações se estreitaram, começando de maneira sutil através de alianças diplomáticas, intensificando-se no século I a.C. devido a inúmeras crises na realeza, situações que foram bem aproveitadas pelos romanos para aumentar o cerco sobre o reino e, por fim, conquistar o Egito.

O contexto da fundação de Alexandria e do desenvolvimento inicial da cidade, atribuído aos três primeiros reis, foi extensivamente narrado pela literatura do período imperial, em virtude, principalmente, de se tratar de um feito de Alexandre, uma figura mítica e heroica aos olhos romanos e, portanto, um modelo de liderança a ser seguido.² Na perspectiva das fontes, tratar-se-ia, de um período áureo da história alexandrina, que seria perdido nos séculos subsequentes.³ A perda de autoridade dos reis é vista como a brecha que permitiu aos romanos começarem a intervir na política egípcia. A política externa romana é, portanto, o fio condutor dessas narrativas. Ou seja, os reinos helenísticos

² Apesar da riqueza documental desse contexto, tal período não foi incorporado na análise desse artigo, justamente por ainda não envolver situações de contatos com Roma. É importante esclarecer que o reinado final de Cleópatra VII também não foi aqui contemplado, em virtude do detalhamento e da complexidade do cenário, que gerou inúmeras narrativas mais detalhadas e que merecem uma análise pormenorizada, o que não caberia no espaço desse artigo. Optamos por focar a fase intermediária do reinado ptolomaico, justamente o período mais obscuro na tradição literária, fora, contudo, o contexto que interligou os destinos romano e egípcio de forma gradativa e substancial. Porém, essas outras temáticas foram analisadas de forma detalhada em minha tese de doutorado (CLÍMACO, 2013).

³ As principais referências para esse período são Diodoro de Sicília, Estrabão, Vitruvius, Arriano, Quinto Cúrcio Rufo, Plutarco e Flávio Josefo.

“entram em cena” conforme se inserem na sua órbita de influência e são envolvidos em suas tramas. As narrativas imperiais referentes ao período ptolomaico são, dessa maneira, breves e episódicas, fazendo com que tenhamos que costurar autores diferentes de modo a ordenar uma sequência linear de eventos. Assim, a intenção é avaliar as representações sobre Alexandria e os Ptolomeus a partir de tais passagens, considerando que a intenção principal dos autores era compreender as dinâmicas internas da dinastia ptolomaica, de forma a justificar e legitimar a expansão romana. Em suma, pretende-se discutir como a literatura do período imperial explana as diversas fases de contatos entre Roma e o Egito, até a deterioração das alianças, que posteriormente resultou na incorporação do reino por Otávio Augusto.

Cícero, Júlio César e Diodoro de Sicília são fontes essenciais por serem contemporâneos aos eventos narrados. Ainda que sejam autores do final da República e tenham escrito antes da incorporação do Egito, já sinalizavam uma sincera preocupação em relação à conquista do território. Entre os latinos sob o Império, apenas Tito Lívio tentou apreender de forma mais detalhada a conjuntura dos reinos do Mediterrâneo Oriental anteriores a Roma, porém com o intuito principal de sinalizar a presença romana nas transações das diversas realezas. Em meio aos autores gregos posteriores (Estrabão, Apiano e Dion Cássio), era fundamental entender o universo em que Roma engrandeceu o seu poder, assim a denúncia do caos vivenciado pelos Ptolomeus era uma forma de justificar a intromissão romana, vista como essencial em inúmeros momentos críticos. Ou seja, se o início do reino foi marcado pelo governo de reis benfeitores, que não mediram esforços para desenvolver Alexandria e estabelecer a autoridade, o período iniciado no século II é descrito como uma era de desordem que clamou pela presença romana. Portanto, a literatura analisada indica que foi a falta de governabilidade dos Ptolomeus que demandou a interferência romana.

Os primeiros contatos diplomáticos entre o Egito e Roma remetem ao reinado de Ptolomeu II Filadelfo, quando foi estabelecida uma aliança entre os territórios, depois de o rei mandar uma embaixada ao Senado. Ptolomeu foi o primeiro monarca helenístico a executar a ação, e Roma retornou o gesto de forma amistosa (273 a.C.) (HEKSTER, 2012, p. 8).⁴ Esse estreitamento de laços foi renovado em diferentes momentos, principalmente durante as Guerras Púnicas, nas quais os egípcios resolveram ficar neutros por interesses econômicos. Tito Lívio relata que, no contexto após a Segunda Guerra Púnica (202 a.C.), três enviados romanos se dirigiram ao rei Ptolomeu Epifânio para agradecer pela postura

⁴ À medida que Roma se expandia para o Oriente, encontrando resistência de outros governantes, o Egito se mantinha fora das hostilidades e colaborava para a manutenção da aliança (LEWIS, 1983, p. 10).

de neutralidade diante dos conflitos, e solicitaram que agissem na mesma forma no caso de Roma declarar guerra a Filipe da Macedônia (Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, 31, 2, 5).

No reino de Ptolomeu IV Filopator (221-204), apareceram os primeiros conflitos internos mais graves na dinastia. Guarnições militares eram cada vez mais numerosas no Egito, pois diminuída a autoridade da realeza, muitas rebeliões de nativos eclodiram, principalmente na região de Tebas. No entanto, a literatura quase não aborda tais rebeliões, pois enfoca quase exclusivamente na história dinástica e no estabelecimento de relações dos Ptolomeus com Roma (ROSTOVTZEFF, 1941, p. 69). Devido a querelas dinásticas, os autores demonstram como a impopularidade dos Ptolomeus acabou sendo conveniente para Roma.

Diodoro de Sicília, remetendo ao cenário da Terceira Guerra Púnica, provavelmente em 138 a.C., faz o seguinte comentário:

Cipião Africano e seus companheiros embaixadores vieram a Alexandria para pesquisar todo o reino. Ptolomeu acolheu os homens com uma grande recepção e muita pompa, lhes ofereceu banquetes caros, e os conduziu mostrando seu palácio e outros tesouros reais. Mas os enviados romanos eram homens de virtude, e como sua dieta normal era limitada a alguns pratos, e apenas para aqueles que eram bons para a saúde, eles depreciaram essa extravagância como prejudicial tanto para o corpo quanto para a mente. O espetáculo de tudo que o rei considerava maravilhoso, eles consideraram como um show à parte sem valor, mas se ocuparam detalhadamente daquilo que realmente valia: a situação e força da cidade, as características únicas de Faros; então, subindo o rio para Mênfis, a qualidade da terra, e as bênçãos trazidas a ela pelo Nilo, o grande número de cidades egípcias e as miríades não contadas de seus habitantes, a forte posição defensiva do Egito, e a excelência de todo o país, que era adequada para providenciar a segurança e a grandeza de um império. E quando estavam maravilhados com o número de habitantes do Egito e as vantagens naturais do terreno, eles se conscientizaram que um poder muito grande poderia ser construído ali, se esse reino algum dia achasse um governante digno (Diodoro de Sicília, *Bibliotheca Historica*, 33, 28b).⁵

Diodoro claramente enfatiza a sofisticação e o esbanjamento dos Ptolomeus em oposição à moderação e virtuosidade romanas. O autor escreve precisamente em um momento em que o luxo oriental abarrotava Roma, e grande parte das elites se seduziam pela ostentação. Talvez daí o realce de Diodoro, estabelecendo um contraste entre as duas culturas, pois toda a riqueza era, ao mesmo tempo, tentadora e repulsiva a Roma. Representar o excessivo em Alexandria era também uma forma de enfatizar a moderação romana e a necessidade de reforçar a importância de tais valores, que estariam invadindo Roma, e Alexandria poderia aparecer aqui como uma espécie de

⁵ Para as citações, foram feitas traduções livres a partir das versões em inglês da Harvard University Press, mas sempre em comparação com o texto original, principalmente nas ocasiões em que apareciam termos mais problemáticos e dúbios.

espelho através do qual se poderia denunciar os excessos romanos de forma mais disfarçada. O autor destaca também a grandeza de Alexandria e seu potencial para organizar um grande poder, sugerindo que, se o comando egípcio tivesse a organização adequada, poderia abalar a supremacia romana. As palavras de Diodoro podem indicar uma advertência quanto à importância de Alexandria, ao mesmo tempo em que sublinham o despreparo dos Ptolomeus e a superioridade romana. Sinalizam, contudo, que deveria haver consenso para o estabelecimento de um bom governo. Ou seja, em um contexto de desavenças políticas em Roma, é possível que o autor aludisse à importância de se alcançar a harmonia internamente.

As pretensões imperiais dos Selêucidas no Egito também foram ocasiões para a mediação romana. Aproveitando-se de uma briga entre os dois irmãos Ptolomeus (Ptolomeu VI Filometor e Ptolomeu VI Euergetes II) pelo trono, o rei Selêucida Antíoco IV Epifânio (171-168 a.C.) conquistou grande parte do Egito. Em 168 a.C., depois dos dois reinos enviarem embaixadas a Roma, a intervenção do Senado impediu que Antíoco estabelecesse um protetorado no Egito e ajudou Ptolomeu a recuperar seu reino. Tito Lívio, apoiando-se no relato de Políbio sobre o evento, detalha esse contexto e destaca a importância decisiva dos romanos na resolução do impasse e o oportunismo de Antíoco, que se aproveitava da tensão entre os dois irmãos para tentar cercar o reino. Então, enviados alexandrinos foram a Roma. Lívio (*Ab Urb.*, 44, 19) relata que os enviados eram sujos e pronunciaram discursos precários no Senado. Tal comentário parece enfatizar a desordem que reinava entre os representantes da cidade, tal qual aquele pronunciado por Diodoro. Sobre a embaixada, Lívio prossegue:

[...] os enviados imploraram ao Senado para salvar um reino e um casal real que eram aliados do governo romano. Esses eram os benefícios concedidos para Antíoco pelo povo romano, e tal era sua influência em todos os reis e povos, que se eles mandassem embaixadas para declarar a Antíoco que o Senado não queria fazer guerra com reis seus aliados, Antíoco imediatamente partiria dos muros de Alexandria e lideraria seu exército de volta à Síria. Se eles hesitassem em fazer isso, rapidamente Ptolomeu e Cleópatra teriam seu reino roubado e chegariam a Roma com vergonha do povo romano, por eles não lhes terem ajudado na fase final da sua crise (Liv., *Ab Urb.*, 44, 19, 8).

O autor demonstra como o destino egípcio estava condicionado às decisões romanas e marca a fragilidade das monarquias helenísticas, talvez com a intenção de fortalecer o poder de comando romano e seu papel decisivo como árbitro dos problemas entre os reinos. Lívio reflete como a situação de guerra entre os dois Ptolomeus estava fortalecendo Antíoco. Essa percepção foi aceita pelos irmãos e a paz foi estabelecida, até que o Ptolomeu mais velho voltou para Alexandria sem a oposição da multidão. O autor

ressalta que a cidade estava esgotada em suprimentos (Liv., *Ab Urb.*, 45, 11, 7), enfatizando que a falta de legitimidade dos reis estava abalando até mesmo o abastecimento no Egito, tornando a mediação romana ainda mais vital.

Após o fim do período de trégua, Antíoco decidiu prosseguir na guerra aos irmãos e estava direcionando-se a Alexandria quando os enviados romanos o alcançaram no caminho. Ao se aproximarem, Antíoco cumprimentou Popílio, que lhe entregou o decreto do Senado, desenhou um círculo em volta do rei e ordenou: “antes de você sair desse círculo, me dê uma resposta que eu vou devolver ao Senado” (Liv., *Ab Urb.*, 45, 12-13). Antíoco desistiu do Egito e os romanos seguiram para Chipre, de onde expulsaram a frota selêucida. Lívio relata ainda que essa embaixada e os dois cônsules daquele ano conquistaram enorme popularidade. Segundo Lívio, os enviados de Ptolomeu agradeceram aos romanos e ao Senado, a quem deviam mais do que aos seus deuses e ancestrais; os romanos responderam que a boa-fé depositada em Roma era a maior fortaleza do reino (Liv., *Ab Urb.*, 45, 12-13).

Lívio demonstra claramente a fraqueza dos Ptolomeus diante de Antíoco, e deste diante de Roma. Portanto, aliar-se a Roma era a única salvação para o reino. A narrativa evidencia também o alcance das questões egípcias dentro de Roma, pela respeitabilidade conquistada pelos cônsules e chama a atenção para a fragilidade das lideranças egípcias, que também estava ocasionando a perda dos recursos do território.

Esse famoso episódio, que narra a audácia de Popílio, foi contado posteriormente por muitos autores, como o historiador judeu Flávio Josefo, que enfatiza a força romana como mediadora das tensões. O autor menciona também que a riqueza egípcia contrastava com a fragilidade e passividade de seus governantes (Flávio Josefo, *Antiquitates Judaicae*, 12, 242-245). Dion Cássio diz que, mesmo após a resolução romana do problema selêucida, os irmãos prosseguiram com a briga e novamente foram reconciliados pela ajuda romana (Dion Cássio, *Historiae Romanae*, 20, 25). Ou seja, mesmo escrevendo mais de três séculos após os acontecimentos, Dion ainda pretendia assinalar a autoridade romana no destino egípcio daquele momento.

Referente a esse cenário de completa instabilidade interna e para tratar das inovações administrativas introduzidas pela administração romana no Egito, Estrabão reflete: “[...] como os reis estavam realizando um mau governo, a prosperidade estava desaparecendo por prevalecer a anarquia” (Estrabão, *Geographica*, 17, 1, 12). Nesse mesmo contexto, o autor cita o desgosto de uma viagem que Políbio fizera ao Egito, atribuindo os problemas à população misturada da cidade e seus diferentes temperamentos. Estrabão observa ainda que Políbio presenciara a disputa de facções (*katastasiázenon*) entre os alexandrinos em oposição ao rei Evergeta Physcon, que mandou massacrar o povo

(Strab., *Geog.*, 17, 1, 12). Essa observação de um dos autores mais lidos pela tradição e veiculada tempos depois por Estrabão pode ter colaborado na divulgação da imagem caótica da Alexandria ptolomaica. Contribuiu para assinalar também a falta de controle das autoridades diante das manifestações do povo. Estrabão traz à tona a instabilidade do contexto, talvez com o intuito de demonstrar a quebra em relação ao novo período que vivenciava, a era de paz instaurada por Roma.

Há poucas menções sobre a realeza do final do século II e início do I, com exceção de alguns breves comentários dos gregos da segunda sofística em relação aos persistentes problemas dinásticos. Nos *Dizeres dos romanos*, Plutarco menciona um rei (provavelmente Ptolomeu VII) que mal conseguia andar por causa de seu peso, algo relatado na visita de Cipião (Plutarco, *Regum et imperatorum apophthegmata*, 200, F, 2). O autor relata a falta de preparo do rei para exercer a sua função, ao realçar sua postura exagerada, em contraste com a moderação e equilíbrio romanos.

Pausânias aborda os problemas do governo de Ptolomeu VI Filometor (que viveu entre 181-145) e sobre suas dificuldades para governar em virtude dos problemas com a mãe, que usava o povo como “massa de manobra”, promovendo disputas entre os filhos pelo controle do Egito, que revertiam em revoltas na população (Pausânias, *Graeciae descriptio, Attica*, 9, 2, 8). O autor ilustra como a instabilidade dinástica resultava em distúrbios sociais graves.

Percebe-se como os autores enfatizam principalmente os aspectos que ilustram a passividade, a desorganização e a crueldade na realeza ptolomaica. Assinalam que a falta de tato da realeza era perceptível tanto no trato familiar e em ocasiões de resolver a sucessão, quanto na relação com a população. A bibliografia também ressalta a violência dinástica como uma das principais características do período.⁶ Observa-se como são relatados apenas assuntos envolvendo a relação entre Egito e Roma, questões internas egípcias não eram tão relevantes para a tradição narrar. Até as manifestações populares são descritas como um reflexo da postura irresponsável dos reis. Além disso, a ênfase nos problemas dinásticos, sempre em contraste com a ordem estabelecida por Roma, pode ser um recurso retórico utilizado para ressaltar ainda mais a tendência instável da era ptolomaica, de forma a engrandecer os problemas sob a era anterior.

Além da questão do enfraquecimento do poder real, muitos territórios com os quais o Egito comercializava e antigos territórios ptolomaicos (como a ilha de Chipre)

⁶ André Bernand (2001, p. 28) observa que todas as monarquias conheceram dramas familiares, contudo nenhuma suscitou rivalidades tão sangrentas quanto a dinastia dos Ptolomeus. O autor justifica que o mau comportamento dos alexandrinos surgira como influência do péssimo exemplo dado pelos seus reis (BERNAND, 2001, p. 29). Para Biezunska-Malowist (1988, p. 239), a turbulência do período ptolomaico gerou as mais variadas formas de resistência ao governo.

começaram a ser incorporados por Roma (HUZAR, 1988, p. 347). Diante do cenário instável na classe dirigente, os alexandrinos começaram a se mobilizar de forma autônoma, sinalizando para Roma que Alexandria tinha um grande potencial para reunir multidões e se manifestar a partir de tais aglomerações. É provável que tais situações de protestos do povo contra os reis tenham sido vistas com cautela pelos romanos, pela possibilidade de abalarem a ordem estabelecida, em virtude da grandeza da cidade. Talvez fosse justamente a semelhança de Alexandria com Roma o aspecto mais preocupante nessas circunstâncias (EMPEREUR, 1998, p. 48).

O século I, no Egito, foi de dependência ainda maior em relação a Roma, e as interferências nas questões dinásticas começaram a endividar a realeza. Nas *Guerras Civis* (1, 11, 102, 25), o historiador alexandrino Apiano relata sobre o rei (Ptolomeu XI Alexandre II), colocado no trono por Sila. Depois de poucos dias de governo, o rei foi condenado à morte no ginásio (80 a.C.). Apiano argumenta que os alexandrinos fizeram isso por atitudes ofensivas cometidas pelo monarca, sugerindo a ousadia dos alexandrinos em relação à insensatez de seus governantes. A percepção de Apiano no tocante à realeza se coaduna com o que os autores de fora também apontavam, muito embora o autor não estabeleça julgamentos sobre a atitude extrema dos alexandrinos, talvez por alguma empatia com seu próprio povo. Após a saída do rei, Sila instalou o outro irmão ilegítimo no trono, Ptolomeu XII Aulete. Sua pretensão ao reino se tornou ainda mais contestada quando foi divulgado seu testamento, no qual o rei legava o Egito a Roma, como recompensa pelo auxílio romano em momentos anteriores (SCHULLARD, 1982, p. 106-107). Com a publicação do testamento, a tomada do Egito se tornou questão de debate público em Roma; e não ocorreu nessa época, por não haver clareza e consenso na aristocracia romana sobre quem deveria assumir o comando do local (CAPPONI, 1975, p. 5).

Pompeu fora ao Egito em 67, e o rei Ptolomeu XII Aulete se associou ao romano, oferecendo-lhe presentes e um massivo apoio militar. Desde o início de seu reinado, Aulete ambicionava uma aliança com Roma e, para isso, provou considerável conhecimento de sua política e da importância de escolher os aliados corretos naquele momento tumultuado da República (HEKSTER, 2012, p. 9-11). Aulete pagou seis mil talentos pelo reconhecimento romano de seu trono, o que endividou o Egito e uniu o povo contra ele, até que foi expulso, e só foi restaurado ao trono em 55 pelo procônsul da Síria, o general Aulo Gabínio, depois de mais um empréstimo romano ao rei.

Diante das repercussões do reinado de Ptolomeu XII Aulete em Roma, seu governo é o mais narrado pela tradição. Cícero é a fonte mais detalhada e contemporânea aos eventos, mas Estrabão, Plutarco, Suetônio, Apiano, Dion Cássio e Ateneu também versam sobre o caso. Cícero discute a situação em diversos momentos de sua vasta obra e aborda

esmiuçadamente o contexto diplomático entre a classe dirigente romana e os Ptolomeus no século I a.C. Desse modo, o depoimento sobre o reinado de Aulete e seus problemas com os alexandrinos é central em sua narrativa.

Cícero cita o testamento de Ptolomeu, em que decretava o povo romano como herdeiro do Egito, e entendia que, como o rei não tinha legitimidade em meio ao povo, era, portanto, o momento adequado para estabelecer um maior controle sobre a produção egípcia. Nesse contexto, Alexandria é definida por ele como uma cidade riquíssima (*urbis copiosissimae*), em meio ao reino mais próspero (*opulentissimi regni*) (Cícero, *De Lege Agraria*, 2, 2, 16, 43). O arqueólogo francês Jean-Yves Empereur (1998, p. 12-13) acredita que a percepção de Cícero ilustra o surgimento de uma obsessão por parte dos líderes romanos pela ameaça representada por Alexandria.

Nas *Cartas a Ático* (II, 16, 2, 7), de 59 a.C., Cícero menciona a motivação de Pompeu em reinstalar o rei no trono ao lado do procônsul da Cilícia, Lentulo Spinther, escolhido pelo Senado para realizar a missão. Cícero foi contra o plano, pois acreditava que Pompeu poderia estabelecer uma base no Egito e se fortalecer a partir dessa ação. O Senado também se opôs, e oportunamente Catão divulgou um oráculo dizendo que a expedição representava um mau presságio, reforçando a oposição geral ao projeto, o que levou Pompeu a abandonar as negociações e o caso ficou parado. Cícero aconselhou Lentulo a persistir no plano no lugar de Pompeu (Cícero, *Epistularum ad Familiares*, 1, 1-2). Na passagem a seguir, extraída do longo discurso das *Cartas a Lentulo Spinther*, Cícero aconselha o procônsul sobre como proceder diante de um Senado contrário ao plano, insistindo que, se o projeto fosse bem-sucedido, teria reconhecimento quando retornasse (Cic., *Ep. ad Fam.*, 1, 7, 4-5). O autor enfatiza que a monarquia só poderia ser reestabelecida pela ação romana, deixando claro que o Egito não tinha mais autonomia sobre sua política interna, ainda que defendesse o retorno do rei ao trono. Suas palavras denotam que a situação em Alexandria não era tranquila durante a ausência do rei, demonstrando certa apreensão diante de possíveis revoltas, no caso de o exército romano não estar presente para garantir a ordem no momento do retorno do rei.

Nas *Cartas ao seu irmão* (56 a.C.), Cícero explica o rumo dos acontecimentos a Quinto Túlio e demonstra sua indignação pela resolução do caso ter sido tirada de Lentulo, declarando novamente sua posição contrária à participação de Pompeu (Cícero, *Epistularum Ad Quintum Fratrem*, 2, 2, 1-3). Novamente o autor sugere como a política egípcia já era responsabilidade romana.

Na mesma época, a anexação de Chipre pelo Senado enfureceu os alexandrinos (HUZAR, 1988, p. 347). Ptolomeu Aulete tinha doado a ilha a Roma, mas o local ainda não havia sido formalmente anexado, e estava sendo governado pelo irmão do rei. Enquanto

César estava na Gália, deixou Clódio no comando de Roma, e este deu ordens a Catão para tomar Chipre e remover o irmão de Ptolomeu, que cometera suicídio em sua chegada. Cícero condenou o ato de Clódio por ter colocado em risco as relações amistosas até então estabelecidas com o Egito (Cícero, *De Domo Sua*, 8, 20, 5).

No *Pro Caelio*, Cícero detalha sobre a embaixada de cem alexandrinos que foi a Roma protestar contra o retorno de Aulete e acabou massacrada, o que o autor condenou ferozmente (*De Haruspicum Responsis* 16, 34, 11; *Pro Caelio* 9, 23, 10). A situação ocorreu quando Pompeu planejava o retorno do rei, e alguns alexandrinos se dirigiram ao Senado para justificar a expulsão e foram mortos por ordens de Pompeu (Cíc., *Pro Cae.*, 10, 24, 11). Percebe-se que, ainda que Cícero defendesse o cerceamento do Egito, temia qualquer medida extrema que pudesse colocar em risco a boa relação estabelecida entre os dois territórios, algo visto como benéfico para ambos. Além disso, percebia o risco de a multidão alexandrina se mobilizar contra Roma.

O plano da restauração de Aulete só foi concretizado posteriormente por Aulo Gabínio, que recebeu dez mil talentos para executar a ação. A maior parte da soma emprestada ao rei foi concedida por C. Rabírio Póstumo, um publicano, usurário e cliente de César. Depois de voltar para Roma, tanto Rabírio quanto Gabínio foram julgados e Cícero foi coagido por Pompeu a defender ambos. Cícero isenta Rabírio de qualquer culpa, por não ter avaliado os riscos em conceder o empréstimo, já que era direcionado a um rei aliado de Roma (Cíc., *Pro Rabirio Postumo Oratio*, 1-2). O autor retrata Rabírio como vítima de Ptolomeu, pois, assim que chegou a Alexandria, foi obrigado a se colocar inteiramente à disposição do rei, assumindo até mesmo o posto de seu tesoureiro (Cic., *Pro Rab.*, 8, 22). Nessa parte, Cícero censura as atitudes desmedidas e irresponsáveis do rei, menciona ainda a ousadia dos enviados alexandrinos presentes no julgamento de Gabínio, que não souberam se portar adequadamente na ocasião. Para concluir, estabelece um julgamento sobre o povo:

Nós ouvimos falar há muito de Alexandria, agora nós sabemos. Daquele lugar é que vêm todas as trapaças (*praestigiae*). De lá vem todo o tipo de farsa (*fallaciae*). É de lá que todas as tramas (*argumenta*) dos três escritores (*mimorum*) se baseiam. E não há nada que eu deseje mais, juízes, do que olhar esses homens cara a cara (Cic., *Pro Rab.*, 12, 34-35).

A percepção de Cícero sugere a circulação de uma representação bem demarcada dos alexandrinos como um povo traiçoeiro, o que, para ele, se confirmara com a presença dos enviados em Roma. Esta embaixada, como a anterior, que protestara contra o retorno do rei, podem ter sido vistas pela classe dirigente de Roma como tentativas de resistência dos alexandrinos a intervenções romanas e confirmaram a ousadia do povo nos seus

enfrentamentos. Se até aquele momento os alexandrinos aceitavam passivamente a presença romana, pois seus próprios reis não tinham autoridade, essas talvez tenham sido as primeiras tentativas de resistência organizada. Ou seja, a multidão alexandrina começou a desafiar as autoridades romanas de forma autônoma. Nesse sentido, talvez esses ocorridos colaboraram na difusão da fama dos alexandrinos como propensos a propagar tumultos e contestar decisões romanas.

Suetônio (*Divus Julius*, 11) relata que César aproveitou o contexto de saída do rei para tentar ganhar influência sobre o Egito, mas foi reprimido pelo Senado. O autor afirma que as ações dos alexandrinos eram geralmente condenadas, o que mais uma vez indica a divulgação de rumores e imagens negativas sobre o povo.

Plutarco conta que, após se refugiar em Roma, Aulete se aconselhou com Catão, cujas palavras de sabedoria convenceram o Ptolomeu a voltar e se reconciliar com seu povo. O autor conta que o rei teve a impressão de ter sido avisado por um deus (*Cato minor*, 35, 2-5). Plutarco claramente se utiliza da figura de Catão para personificar o equilíbrio, a prudência e o zelo romanos, o que faltava aos reis e ao povo alexandrino na percepção das fontes.

Nas *Guerras Sírias* (11, 8, 51), Apiano ressalta que, apesar de Gabínio ter derrotado os alexandrinos e restaurado Aulete, foi banido pelo Senado por entrar em Alexandria sem sua permissão, o que era visto como mau presságio. Tanto em Cícero, quanto em Apiano, que escreveu mais de dois séculos depois, percebe-se como antes de Otávio Augusto a entrada de romanos no Egito já era controlada.⁷

Dion Cássio também narra em detalhes a situação de Aulete, ressaltando a indignação dos alexandrinos contra o rei, que fugiu para Roma por não conseguir controlá-los, alegando ter sido expulso. Quando os alexandrinos descobriram sua fuga, enviaram uma embaixada a Roma para denunciar o sofrimento causado pelo rei ao povo, mas Aulete deu ordens para o massacre dos alexandrinos. Mesmo assim, o rei não foi punido, por estar sob a proteção de Pompeu. O autor comenta ainda o aviso recebido dos livros sibílicos para os romanos não ajudarem no caso de um rei egípcio pedir amparo. Alguns senadores tinham decidido mandar Ptolomeu de volta sem um exército, ou escoltado por Pompeu, mas o Senado foi contra, temendo o seu fortalecimento (*Cas. Dio, Hist. Rom.*, 39, 12-16). No entanto, Gabínio conquistou os egípcios no mesmo dia e restaurou o Ptolomeu ao trono, ato que foi condenado por contrariar as leis sibílicas e o Senado.

⁷ Após a conquista, uma das medidas estabelecidas por Otávio Augusto foi a proibição de senadores entrarem no Egito sem o consentimento imperial. Além disso, senadores também não podiam assumir o posto de prefeito do Egito, somente membros da ordem equestre.

Dion Cássio (*Hist. Rom.*, 39, 58-59) aproveita o contexto para censurar a postura sempre impetuosa dos alexandrinos.

O rei Ptolomeu XII Aulete é o rei mais descrito e criticado pela tradição, visto como o maior símbolo da “decadência” da dinastia ptolomaica, principalmente pelos desdobramentos do seu governo tumultuado nas relações diplomáticas entre Roma e Alexandria. Estrabão, depois de enumerar toda a sucessão da dinastia, declara que, depois do terceiro Ptolomeu, todos os seguintes foram corrompidos pelo luxo e fizeram uma má administração, embora um dos piores tenha sido Aulete, o tocador de flauta, que também participava de competições no palácio (Strab., *Geog.*, 17, 1, 11). Ateneu diz que toda a antiga riqueza de Ptolomeu Filadelfo foi perdida por Aulete (*Deipnosophistas*, 5, 206d), um mero jogador e tocador de flautas. Estrabão e Ateneu não enfocam na situação política narrada pelos demais autores, mas no caráter irresponsável do rei, por sua postura lúdica dedicada à música e aos jogos. Tal censura fornece pistas do agitado cenário cultural de Alexandria, incentivado pela monarquia, embora aos olhos romanos fossem práticas inadequadas para um governante.

É notório como a literatura que cobre praticamente dois séculos da história alexandrina se concentra essencialmente nas ocasiões de conflito da realeza. Nesse sentido, a história da Alexandria helenística foi condensada nesse cenário de instabilidade e incerteza, e os romanos foram descritos como salvadores de um mundo mergulhado no caos. Através de um jogo de contrastes, aumentar o foco sobre a fragilidade do comando ptolomaico seria uma maneira de potencializar o talento romano na resolução dos problemas, legitimando as interferências promovidas no reino e fazendo de Roma sinônimo de ordem e liberdade. A perspectiva geral das passagens citadas é que foram os próprios reis que “clamaram” pela presença romana de forma cada vez mais incisiva, portanto Roma agira de forma reativa e salvara o Egito em inúmeros momentos. Era conveniente representar Alexandria dessa forma frágil e mal governada e ao mesmo tempo chamar a atenção para a prosperidade egípcia, assinalando a importância da realização de uma troca de poderes que soubesse restabelecer a autoridade e organizar o fluxo de riquezas para Roma. Isto é, a ênfase nos problemas da administração, de certa forma, direciona os problemas egípcios ao contexto de comando, e Roma prontamente oferecia soluções viáveis e simples, bastava que sua inserção fosse aceita no território.

A primeira situação de conflito direto e que comprometera a convivência pacífica até então estabelecida entre as duas metrópoles ocorreu em 48 a.C., após o assassinato de Pompeu, realizado em Alexandria. Na iminência de perder a guerra civil para Júlio César, Pompeu foi buscar refúgio na cidade, confiante na dívida da realeza contraída pela antiga proximidade com Ptolomeu XII Aulete. No entanto, Pompeu foi assassinado a

mando do rei, Ptolomeu XIII, que temia tomar o seu partido, em uma guerra que já parecia vitoriosa para César.⁸ Assim, aparentemente a medida tivera a intenção de confirmar o apoio alexandrino ao lado de César na guerra, embora tenha sido recebido por ele como uma intromissão que merecia uma represália. O episódio foi um dos desencadeadores da guerra de Alexandria com César (entre 48 e 47 a.C.), que permaneceu na cidade com a justificativa de ter de mediar impasses dinásticos. Ptolomeu foi rapidamente derrotado, embora os alexandrinos tenham prosseguido no conflito de forma independente da realeza, o que demonstrou sua capacidade de resistência a Roma.⁹

Toda a situação evidenciava a importância de Alexandria naquele contexto pré-conquista (BOWMAN, 2007, p. 169). Segundo Barbara Gold (1987, p. 54), o final da República é marcado pela proeminência de indivíduos fortes, que naturalmente atraíam a atenção de escritores, tornando-se seus temas principais, pois estavam no centro de muitos assuntos romanos. E como patronos, tais personalidades também tinham o poder de encomendar o teor dos escritos, embora a disposição para colaborar e escrever o que demandavam dependia muito da posição social do autor, sua nacionalidade e talento literário (GOLD, 1987, p. 66). Nesse contexto, o fato de Alexandria ter protagonizado um evento de importância crucial para Roma (ao “anunciar” a sentença final de Pompeu) resultou em um aumento significativo de escritos sobre a cidade e novamente a tornou alvo de inúmeros julgamentos.

O relato de César aparentemente tinha o objetivo de justificar aos romanos o que motivou a guerra em Alexandria. Relata que Pompeu chegou ao Egito confiante de que conseguiria apoio pela antiga relação estabelecida com Aulete. Ironicamente, no exército a serviço de Ptolomeu, havia antigos soldados de Pompeu, que Gabínio tinha levado quando restabeleceu Aulete no trono e lá permaneceram. Segundo o autor, os conselheiros do rei justificaram o assassinato de Pompeu por medo de que ele ocupasse o Egito. César não estabelece nenhum julgamento sobre o ocorrido, e prioriza a narrativa sobre a guerra. Argumenta sobre a sua chegada ter causado tumulto, pois o povo interpretava a visita de uma autoridade romana como um possível cerco ao reino. Por isso, César usou suas tropas para conter o movimento e solicitou reforços ao descobrir o conflito dos irmãos Cleópatra VII e Ptolomeu XIII, entendendo que tal disputa poderia afetar Roma. César menciona o já citado testamento do pai, Ptolomeu XII Aulete, que ordenava que o trono fosse dividido pelos dois filhos, e que os romanos deveriam garantir que tal cláusula fosse

⁸ O rei era adolescente na época, e seguia a decisão de seus tutores.

⁹ Para Williams (2004, p. 100), Ptolomeu teria condições de mobilizar um exército muito maior do que o de César, o que provavelmente não fizera por não ter legitimidade entre os alexandrinos e pelo temor de armá-los, tão conhecidos por sua fama turbulenta.

cumprida. Esclarece que uma cópia do testamento tinha sido enviada a Roma, mas ficara com Pompeu, e uma segunda cópia deveria ser publicada em Alexandria (Júlio César, *Bello Civili*, 3, 103-108). César citava o relato provavelmente para legitimar a dependência egípcia para com Roma com base no testamento de Ptolomeu, ou seja, em decisões dos próprios alexandrinos. O autor descreve também o total despreparo das tropas internas, mais um motivo para os romanos estabelecerem controle sobre a situação local (Caes., *Bel. Civ.*, 3, 112, 2).

O relato da *Guerra de Alexandria* (atribuído a César, mas provavelmente escrito por Hírcio, um de seus oficiais) detalha as batalhas com a intenção de demonstrar a astúcia e força de César na condução da guerra, que conseguiu vencer apesar de todas as condições desfavoráveis. O autor enfatiza a riqueza de Alexandria e a abundância em todos os suprimentos e equipamentos (Júlio César, *Bellum Alexandrinum*, 3, 1, 1). A narrativa sugere que os alexandrinos estavam conscientes do projeto romano de tomar o Egito:

Nos seus conselhos e reuniões públicas, os argumentos que seus líderes usavam eram os seguintes: 'O povo romano está se habituando a cercar nosso reino; alguns anos antes Aulo Gabínio tinha vindo ao Egito com um exército, Pompeu também tinha recorrido a isso na sua fuga; César agora veio com suas forças, e a morte de Pompeu não teve nenhum efeito de dissuadi-lo de ficar entre eles. Se eles falissem em mandá-lo embora, seu reino se tornaria uma província romana: e eles deveriam fazer isso logo; pois impedido como estava agora pela tempestade e pela estação do ano, ele não poderia receber reforços de fora' (Caes., *Bel. Alex.*, 3, 1, 1).

Na sua perspectiva, o assassinato de Pompeu teve a intenção de assustar César e evitar novos cercos ao reino, e que a ousadia de tal atitude alexandrina, manifestada pelos governantes e também pela multidão, era algo que começava a preocupar os romanos. Em vários momentos, o autor descreve o rei como traiçoeiro, inseguro e despreparado e os alexandrinos como um povo instável, sendo César o responsável por lhes devolver a sanidade na busca de um consenso com o governo. Relata que Ptolomeu fizera um pedido por clemência e César cedeu, aconselhando o rei a ter consideração pelo seu reino em nome de predecessores. Porém, o monarca tentou enganar César em virtude de sua "mente educada em todas as lições de completa falsidade e engano, aprendidas com seu povo", e retomou a guerra assim que foi solto (Caes., *Bel. Alex.*, 24, 1, 1).

As ideias sublinhadas pelo autor são claras: por um lado, há uma ênfase na força e na ousadia da multidão alexandrina; e, pelo outro, na fraqueza do rei em conter a aglomeração. Portanto, a cidade clamava por comandantes com mais autoridade. A narrativa esclarece que, apesar da rendição alexandrina, César resolveu não tomar o Egito e ordenou que o comando fosse dividido entre o Ptolomeu mais novo (o mais velho fora morto) e Cleópatra VII, a mais velha das duas filhas:

A sexta legião de veteranos ele levou embora; todas as outras ele deixou lá, para amparar o comando dos novos governantes, pois ainda não tinham a afeição da população, por terem se aproximado de César, e nem a autoridade de um reino bem estabelecido, por estarem a poucos dias apenas no trono. Ao mesmo tempo, ele julgou prudente para a dignidade do nosso império e que era adequado para o bem público, que se os governantes permanecessem leais, eles seriam protegidos por nossas tropas; e se eles se provassem ingratos, essas mesmas tropas poderiam repreendê-los (Caes., *Bel. Alex.*, 33, 1, 1).

Foi então permitido o retorno dos reis, sob a supervisão das tropas romanas e um controle indireto por César, visto como necessário em virtude da natureza inconstante do rei e dos alexandrinos. Novamente, apontar a fraqueza alexandrina era uma forma de assinalar a força e o preparo dos romanos.

Exaltando a calma e o equilíbrio de César, Tito Lívio (*Periochae*, 112) observa que, depois de descobrir sobre a morte de Pompeu, o romano entrou em Alexandria tranquilamente e restaurou Cleópatra ao reino. Contudo, quando foi atacado por Ptolomeu, César venceu após correr um grande risco. Na versão de Frontino, César já chegara ao Egito ciente da morte de Pompeu e resolveu inspecionar Alexandria, fingindo encanto pelo local e seus costumes, o que era meramente uma estratégia para preparar o cerco do Egito (Frontino, *Strategemata*, 1, 1, 5, 3). Frontino demonstra uma maior predisposição de César para lutar e controlar o território, diferentemente dos autores anteriores, que reforçam que as querelas foram fruto das circunstâncias.

O poeta Lucano (*Pharsalias*, 8, 471-615) heroiciza a figura de Pompeu através de uma narrativa mais emotiva. Portanto, o contexto de sua morte foi usado para expor toda sua condenação aos egípcios. Considerava que o assassinato de um romano tão nobre exprimia apenas o padrão traiçoeiro dos alexandrinos. O autor conta que assim que Pompeu chegou ao Egito, ocorreu um intenso debate entre os partidários do rei, que entenderam que Pompeu chegara ali para compartilhar com os egípcios a sua derrota. Lucano descreve em detalhes as circunstâncias da morte, a brutalidade do ato e o desrespeito com o corpo. O autor destaca ainda a ironia da situação: a cabeça de Pompeu fora cortada por uma espada romana, por Septímio, um antigo soldado de Pompeu que estava no Egito. Na sequência, Lucano expressa mais uma vez o seu desprezo pelo Egito e remete ao oráculo da Sibila (da época do Aulete), que já havia alertado sobre o risco de qualquer romano visitar o local (Luc., *Phar.*, 8, 825-870).

No livro 9, o autor continua expressando sua aversão ao Egito pelo tratamento desrespeitoso com Pompeu através das palavras de Sexto Pompeu. Como forma de represália, sugeria arrastar o corpo de Alexandre do seu túmulo e afundá-lo junto à cidade macedônica (não menciona o nome de Alexandria). Deveria também tirar faraós

anteriores de suas tumbas, pilhar o túmulo de Ísis, adorada em todo o mundo romano e deixar seus campos inférteis (Luc., *Phar.*, 9, 150-165). Lucano (*Phar.*, 9, 1005-1105) relata que, quando chegou ao litoral egípcio, César encontrou o local repleto de distúrbios e os oficiais do rei se aproximaram com a cabeça de Pompeu, dizendo que o tinham ajudado a acabar com a guerra civil. César respondeu com um discurso, censurando-os pela intromissão em uma guerra romana.

Lucano (*Phar.*, 10, 5-50) detalha a temporada de César no Egito no Livro 10, e estende sua condenação a Alexandre e ao império criado por ele. Descreve a aproximação de César com Cleópatra, os luxos e as riquezas do palácio, provenientes do Mar Vermelho e da Índia. Lucano destaca que César condenava tal ostentação precisamente em um contexto de guerra civil, o que também o motivou a entrar em guerra com os egípcios. O relato diz ainda que César se espantou com a multidão de auxiliares do palácio, de diferentes proveniências (*Discolor hos sanguis*). Após as festividades, César solicitou ao sacerdote Acoreu algumas informações sobre as origens e hábitos do povo e as características da terra, atraído pela sua antiga fama (Luc., *Phar.*, 10, 105-270). O Livro 10 está inacabado, mas nele o autor novamente explicita seu preconceito pelo Egito. Maehler (2003, p. 211) observa que, entre os autores latinos do século I d.C., a imagem negativa dos egípcios prevaleceu. Nesse sentido, Lucano se apropriou dos lugares-comuns a respeito do Egito e os adaptou ao seu grande tema: a morte de Pompeu e o fim da República. Apesar da condenação, o autor alude à natureza intrigante do local, e destaca a convivência entre várias etnias desde o palácio real. Embora Alexandria seja retratada de forma culturalmente plural, predominam os lugares-comuns atemporais a respeito do Egito mais antigo.

Como Frontino e Lucano, Apiano (*Bel. Civ.*, 2, 89-90) também demonstra uma maior predisposição de César para lutar. Relata que ele aproveitou a ocasião para conhecer Alexandria, admirar sua beleza e ouvir os filósofos na multidão, conquistando a estima do povo. No entanto, quando sua guarda chegou, puniu os responsáveis pela morte de Pompeu, fato que o deixou desolado. Os alexandrinos se rebelaram e a tropa do rei marchou contra ele, resultando em várias batalhas até que César venceu. Parece ser a intenção do autor realçar a sensibilidade de César, embora demonstre também sua motivação para a guerra, reduzindo assim a culpa dos alexandrinos. Por ser alexandrino, talvez sua narrativa também tivesse a intenção de destacar a beleza e o desenvolvimento cultural da cidade (que atraía César).

Plutarco (*Vita Pompeii*, 77-80) pondera sobre os motivos dos alexandrinos na decisão de matarem Pompeu. Relata que assim que o romano chegou a Alexandria, um auxiliar de Ptolomeu reuniu um conselho. Avaliaram que, se recebessem Pompeu, se colocariam contra César, porém, se o mandassem embora, ele poderia querer vingança.

Portanto, a única saída era a sua morte. Como Apiano, Plutarco aponta, ainda que de forma sutil, o cenário ilustrado de Alexandria, explicitando que houve uma situação de debates acalorados e meditação acerca da presença do ilustre romano na cidade.

Dion Cássio (*Hist., Rom., 42, 7, 2*) observa que, apesar de César temer o fortalecimento de Pompeu quando soube de sua ida ao Egito, censurou a notícia de sua morte. Dion alude à ansiedade representada pela tomada do Egito, que se já era valioso pela prosperidade, começou a se tornar um foco de desafio a Roma. Menciona a decisão de César respeitar o testamento de Ptolomeu XII Aulete, que exigia que os irmãos deveriam governar conjuntamente, embora sob a vigilância romana. Contudo, ressalta que o Egito pertencia a ele como ditador, apesar de ter sido impedido de tomar o território por medo. O autor sublinha que os alexandrinos temiam ser governados por uma mulher e ficaram furiosos quando entenderam que o governo dos irmãos seria uma forma indireta de controle por Roma, o que causou tumulto e desencadeou a guerra. Dion (*Hist. Rom., 42, 35-46*) conclui observando que César dominou o Egito, mas não o transformou em província, por temer a instabilidade do povo.

Floro (*Epitome Rerum Romanorum, 2, 13, 55*) relata que, após a morte de Pompeu, desencadeou-se uma guerra contra César, que não tinha relação com a guerra entre as facções da cidade, pois, apesar de Ptolomeu ter usado a morte de Pompeu para tentar selar uma amizade com César, o destino clamou por vingança pelo assassinato de uma vítima tão ilustre. O autor sugere, aqui, a instabilidade da multidão por questões internas, que se intensificaram com a chegada do romano. O autor destaca ainda que César foi movido pela beleza de Cleópatra, ordenando que ela deveria ser restaurada ao reino. Aqui, o autor atribui o assassinato de Pompeu a uma tentativa de conquistar a amizade de César. Realça, contudo, a sensibilidade e a coragem do romano, em oposição à sua fraqueza diante de Cleópatra.

Suetônio (*Divus Julius, 35*) relata que, depois de vencer a guerra, César entregou o comando do Egito a Cleópatra e seu irmão, temendo que, se o transformasse em província, poderia ser uma fonte de revolução (*esset*), sob a liderança de algum governante voluntarioso (*violentiores praesidem*). Percebe-se que os autores notam que a prudência de César o fez poupar o Egito. Também mencionam repetidamente a instabilidade da multidão alexandrina, que a tornara um constante alvo de preocupação entre os romanos. Ou seja, novamente elabora-se um contraste entre a prudência romana e a inconstância dos alexandrinos.

Suetônio (*Div. Jul., 79*), contudo, reporta um rumor que ouvira: “[...] um relato espalhado em vários locais, que ele pretendia se mudar para Ílion ou Alexandria, levando com ele os recursos do império, esvaziando a Itália de suas arrecadações, e deixando o comando da cidade aos seus amigos”. Acrescenta ainda que é possível que tal boato

teria sido um dos motivadores do seu assassinato. A citação é o único relato a sugerir tal ideia antes do contexto de Cleópatra e Marco Antônio, denotando que Alexandria já era considerada como potencial rival de Roma. Suetônio poderia também estar transferindo para o contexto de César preocupações e projeções imperiais posteriores, referentes ao governo de Augusto. Como suas biografias pretendiam assinalar as fragilidades e os rumores a respeito de personagens ilustres, Suetônio talvez tivesse menos receio de divulgar boatos comprometedores do que outros autores mais envolvidos na vida política romana. No entanto, em virtude das guerras civis recentes, além do clima de incerteza e oposição ao governo de César, seu caso com a rainha pode realmente ter suscitado esse tipo de desconfiança. O autor declara que César tivera casos amorosos com várias rainhas, dos quais o mais significativo foi com Cleópatra, pois convocou a rainha para a capital, concedendo-lhe as mais altas honras e presentes caros, além de autorizá-la a dar seu nome ao filho gerado por ela, que diziam ser parecido com ele, embora Suetônio duvidasse da paternidade (Suet., *Div. Jul.*, 52).

Além de Suetônio, poucas fontes detalham o envolvimento de César e Cleópatra, talvez por não desejarem ressaltar as fraquezas de uma personalidade romana tão ilustre, diferente de Marco Antônio posteriormente, que as fontes se dedicam declaradamente a condenar. Plutarco (*De Vita Caesarum*, 48, 2-3) menciona que a guerra alexandrina não era necessária e ocorreu em função de sua paixão por Cleópatra. No relato sobre Marco Antônio, Plutarco destaca a fragilidade de romanos tão fortes diante da rainha, claramente aludindo a César. Como Suetônio, Plutarco também atribui grande peso aos sentimentos e à vida pessoal das personalidades políticas, deixando os outros motivos parecerem banais. Dion Cássio (*Hist. Rom.* 42, 34) ressalta o poder de persuasão da rainha, que nitidamente se aproveitara da influência que tinha sobre César.

A relação estabelecida com Cleópatra não é tão carregada nas narrativas em comparação ao retrato de César como um homem prudente e cauteloso, um contraste com a multidão "inconsequente" de Alexandria. Ou seja, mais uma vez era um romano que salvava o Egito de seus governantes "fracos". É notável uma mudança de ênfase dos autores ao tratar desse contexto, pois além do interesse romano na prosperidade egípcia, a guerra alexandrina demonstrou aos romanos a força e grandeza da multidão da cidade e sua resistência às autoridades. Nesse sentido, dominar o território nesse momento poderia se tornar motivo de alvoroço. Assim, para manter a ordem, a ocasião foi adiada, pois era arriscado entregar esse reino tão populoso a algum governante ousado, que poderia transformá-lo em foco de oposição a Roma.

O cenário pós-guerra alexandrina marcou um novo tipo de relação selada entre Egito e Roma, abalando a aliança estabelecida até então e conscientizando os romanos

da necessidade de aumentar a vigília sobre Alexandria. Nesse contexto da presença de Pompeu e César em Alexandria, percebe-se a ênfase das narrativas na inconstância e falta de prudência dos alexandrinos em momentos cruciais, que contrastavam com a virtuosidade e a racionalidade romanas, personificadas na figura de César. Não era mais a monarquia a desafiadora da ordem e causadora de problemas, mas o povo alexandrino e, provavelmente, alguns eminentes líderes populares.

A passagem de Pompeu e César por Alexandria resultou num maior espaço dedicado à cidade nos relatos da época, pois o local protagonizara momentos cruciais da história romana. Os autores latinos são os mais preocupados em narrar esse momento, em contraste com o período anterior (de fundação e desenvolvimento iniciais) mais descrito por gregos. Ou seja, os eventos ocorridos na cidade (a morte de Pompeu e a guerra com César) a colocaram no centro das preocupações romanas. Se antes a realeza ptolomaica era o principal alvo de crítica na caracterização de Alexandria, a partir desse momento a população e os acontecimentos contemporâneos tornaram-se o foco, pois o maior espaço ocupado pelo Egito na política romana era notável. A literatura se debruça sobre a trajetória falha de seus líderes, ao mesmo tempo em que denuncia a força de suas multidões. O maior ímpeto de trazer as questões alexandrinas para o centro dos relatos sobre a política romana talvez visasse a “preparar o terreno” para facilitar o entendimento sobre o momento vindouro, que selou o fim da aliança com o Egito, marcando a sua conquista direta. Os desdobramentos da relação entre Cleópatra e Marco Antônio já eram bem conhecidos pela elite romana, mas era importante explicitar algumas de suas causas e demonstrar como a questão da multidão em Alexandria deveria ser sempre controlada.

O governo de Cleópatra VII, a última rainha da dinastia ptolomaica, pode ser caracterizado como o “último suspiro” na tentativa de manter a autonomia alexandrina e restabelecer o prestígio perdido dos Ptolomeus. No entanto, sua aliança com Marco Antônio, um romano respeitável que, na união com a rainha, se posicionou contra a própria pátria, foi interpretada como uma tentativa de rivalizar com Roma. Antônio teve três filhos com a rainha, mudou-se para Alexandria, mesmo casado com Otávia (irmã de Otávio), e devolveu ao Egito terras já sob domínio imperial. Otávio venceu Antônio em 31 a.C., e assim entendia-se que Roma havia vencido Alexandria, mediante a anexação do Egito como província. É notável a proliferação de narrativas sobre Alexandria a partir desse momento, mesmo os relatos que remetem a períodos anteriores, como à fundação e à era ptolomaica. Ou seja, a literatura em defesa de Otávio Augusto não pretendia apenas engrandecer sua figura a partir da desmoralização de Marco Antônio, mas focar todo o cenário anterior, indicando como os próprios alexandrinos tinham gerado a sua ruína, e, nesse novo contexto, estariam tendo a oportunidade de se reinventar.

Referências

Documentação textual

- APPIAN. *Roman history*. Translated by Horace White. London: Harvard University Press, 1912.
- ATHENAEUS. *The learned banqueters*. Edited and translated by Douglas Olson. London: Harvard University Press, 2007.
- CAESAR. *Alexandrian war*. Translated by G. Way. London: Harvard University Press, 1955.
- _____. *Civil wars*. Edited and translated by Cynthia Damon. London: Harvard University Press, 1914.
- CICERO. *De domo sua. De haruspicum responsis*. Edited and translated by G. Nisbet. Cambridge: Harvard University Press, 1979.
- _____. *Letters to Atticus*. Edited and translated by R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- _____. *Letters to friends*. Edited and translated by R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- _____. *Letters to Quintus and Brutus*. Edited and translated by R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- _____. *On the agrarian law*. Translated by J. H. Freese. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- _____. *Pro Caelio*. Translated by R. Gardner. Cambridge: Harvard University Press, 1970.
- _____. *Pro Rabirio Postumo*. Translated by N. H. Watts. Cambridge: Harvard University Press, 1953.
- DIO CASSIUS. *Roman history*. Translated by Earnest Cary and Herbert B. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- DIODORUS SICULUS. *Library of history*. Translated by C. H. Oldfather. Cambridge: Harvard University Press, 1932.
- FLORUS. *Epitome of Roman history*. Edward Seymour Forster. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- FRONTINUS. *Stratagem: aqueducts of Rome*. Translated and edited by C. E. Bennett and Mary B. McElwain. London: Harvard University Press, 1925.
- JOSEPHUS. *Jewish Antiquities*. Translated by J. Trakeray. Cambridge: Harvard University Press, 1930.
- LIVY. *History of Rome*. Translated by Frank Gardner Moore. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

- LUCAN. *Pharsalia*. Translated by J. D. Duff. Cambridge: Harvard University Press, 1928.
- PAUSANIAS. *Description of Greece*. Translated by W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1918.
- PLUTARCH. *Lives*. Translated by Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1914.
- STRABO. *Geography*. Translated by Horace Leonard Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1960.
- SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. Introduction by K. R. Bradley and translated by J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

Obras de Apoio

- BERNARD, A. *Alexandrie des ptolémées*. Paris: CNRS Éditions, 2001.
- BIEZUNSKA-MALOWIST, I. Formes de résistance dans l'Égypte grecque et romaine et l'attitude de gouvernement. In: YUGE, T.; DOI, M. (Ed.). *Forms of control and subordination in Antiquity*. Tokyo: The Society for Studies on Resistance Movements in Antiquity, 1988, p. 239-245.
- BOWMAN, A. K. Egypt in the Graeco-Roman world: from Ptolemaic kingdom to Roman province. In: CRAWFORD, H. (Ed.). *Regime change in the Ancient Near East and Egypt: from Sargon of Agade to Saddam Hussein*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 165-181.
- CAPPONI, L. *Augustan Egypt: the creation of a Roman province*. London: Routledge, 1975.
- CLÍMACO, J. C. *A Alexandria dos antigos: entre a polêmica e o encantamento*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- EMPEREUR, J. Y. *Alexandria rediscovered*. London: Harcover, 1998.
- GOLD, B. K. *Literary patronage in Greece and Rome*. North Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1987.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HEKSTER, O. Kings and regime change in the Roman Republic. In: SMITH, C.; YARROW, L. M. (Ed.). *Imperialism, cultural politics and Polybius*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 184-202.
- HUZAR, E. Alexandria ad Aegyptum in the Julio-Claudian Age. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, v. 2, n. 10.1, p. 619-668, 1988.
- LEFÈVRE, F. *História do mundo grego antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- LEWIS, N. *Life in Egypt under Roman rule*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

- MAEHLER, H. Alexandria, the mouseion and cultural identity. In: HIRST, A.; SILK, M. (Ed.). *Alexandria, real and imagined*. Aldershot: Ashgate, 2004, p. 1-14.
- _____. Roman poets of Egypt. In: MATTHEWS, R.; ROEMER, C. (Ed.). *Ancient perspectives on Egypt*. London: University of London Press, 2003, p. 203-215.
- ROSTOVTZEFF, M. I. *Social and economic history of the Hellenistic World*. Oxford: Clarendon Press, 1941.
- SCHULLARD, H. H. *From the Gracchi to Nero: a history of Rome 133 B.C. to A.D. 68*. New York: Routledge, 1982.
- WILLIAMS, K. M. A. *Alexandria and the sea: maritime origins and underwater explorations*. London: Sharp Books, 2004.